Indígenas mulheres em retomada: (re)existências e trajetórias silenciadas nas lutas por direitos e territórios

Indigenous women recommending: (re)existence and silenced trajectory in the struggles for rights and territories

Mujeres indígenas recomendando: (re)existencia y trayectoria silenciada en las luchas por derechos y territorios

Ana Valéria dos Santos Silva[1]

Resumo: Na historiografia, apesar de avanços, ainda prevalece uma certa obscuridade a respeito da importância dos papéis desempenhados pelas indígenas mulheres em seus Territórios. Quando não hipersexualizadas, são caracterizadas como submissas e alheias às conjunturas vividas pelo seu povo. Exceto aquelas que ocupam cargos de relevância em sua comunidade ou em organizações indígenas, chamadas de guerreiras. Especificamente, sobre os períodos de retomadas, são frequentemente silenciadas. Os pesquisadores das ciências humanas foram indiferentes às ações desenvolvidas pelas originárias em defesa dos seus Territórios. Este artigo visa contribuir com as análises acerca das atividades desempenhadas pelas indígenas mulheres em suas comunidades, não restrita aos cargos políticos. Para isso, além da história oral, serão utilizados como fontes históricas os livros "*Mulheres Indígenas da Tradição*", "*Pelas Mulheres Indígenas*" e "*Guerreiras: A força da mulher indígena*". Por ser escrito ou ter o envolvimento direto das originárias nestes projetos, é possível ouvi-las nas obras citadas, facilitando as análises. Portanto, ao contrapelo de uma abordagem colonial e patriarcal, que inviabilizam as indígenas mulheres duplamente, devido a sua condição étnica e de gênero, as análises propostas pretendem favorecer uma maior visibilidade em torno das lutas, experiências e estratégias das originárias, sobretudo no Nordeste.

Palavras-chave: silenciamentos; indígenas; demarcação territorial; etnia.

Abstract: In historiography, despite advances, a certain obscurity still prevails regarding the importance of the roles played by indigenous women in their Territories. When not hypersexualized, they begin to be characterized as submissive and alien to the situations experienced by their people. Except for those who occupy important positions in their community or in indigenous organizations, called warriors. Specifically, regarding periods of recovery, they are often silent. Researchers in the human sciences were indifferent to the actions carried out by the original people in defense of their Territories. This article aims to contribute to the analysis of the activities carried out by indigenous women in their communities, not restricted to political positions. For this, in addition to oral history, the books "Indigenous Women of Tradition", "For Indigenous Women" and "Guerreiras: The strength of indigenous women" will be used as historical sources. Because it is written or has the direct involvement of the originals in these projects, it is possible to hear them in the works cited, facilitating analysis. Therefore, contrary to a colonial and patriarchal approach, which makes indigenous women doubly unviable, due to their ethnic and gender condition, the proposed analyzes intend to promote greater visibility around the struggles, experiences and strategies of indigenous women, especially in the Northeast.

Keywords: silences; indigenous; territorial demarcation; ethnicity

[1] *Mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas E-mail: anavaleria.historia@gmail.com.*

RESUMEN: En la historiografía, a pesar de los avances, aún prevalece cierto oscurecimiento respecto de la importancia de los roles desempeñados por las mujeres indígenas en sus Territorios. Al no estar hipersexualizados, comienzan a caracterizarse como sumisos y ajenos a las situaciones vividas por su gente. Excepto aquellos que ocupan cargos importantes en su comunidad o en organizaciones indígenas, llamados guerreros. En concreto, respecto a los periodos de recuperación, suelen guardar silencio. Los investigadores en ciencias humanas se mostraron indiferentes ante las acciones realizadas por los pueblos originarios en defensa de sus Territorios. Este artículo pretende contribuir al análisis de las actividades realizadas por las mujeres indígenas en sus comunidades, no restringidas a cargos políticos. Para ello, además de la historia oral, se utilizarán como fuentes históricas los libros "Mujeres Indígenas de Tradición", "Por Mujeres Indígenas" y "Guerreiras: La fuerza de las mujeres indígenas". Por estar escrito o tener la implicación directa de los originales en estos proyectos, es posible escucharlos en las obras citadas, facilitando el análisis. Por lo tanto, contrariamente a un enfoque colonial y patriarcal, que vuelve a las mujeres indígenas doblemente inviables, por su condición étnica y de género, los análisis propuestos pretenden promover una mayor visibilidad en torno a las luchas, experiencias y estrategias de las mujeres indígenas, especialmente en el Nordeste.

Palabras clave: silencio; indígena; demarcación territorial; etnicidad.

Introdução

No imaginário social, nos livros didáticos e nos estudos historiográficos ainda persistem silenciamentos em torno da participação das indígenas mulheres em seus Territórios[2]. No conceito coletivo permanecem visões estereotipadas que as colocam em posições hipersexualizadas, submissas e alheias às conjunturas vigentes. Nos recursos pedagógicos, quando aparecem, são apontadas como responsáveis pela coleta de alimentos e cuidados dos filhos. Ademais, nos materiais iconográficos, são retratadas nuas em posições associadas ao período histórico colonial. À vista do exposto, "nos livros didáticos, e, por consequência nas salas de aula, percebe-se que as mulheres aparecem de forma desigual em relação aos homens" (Rambaldi; Probst, 2017, p. 127 *apud* Mazarão, 2023, p.223).

Nos campos das ciências humanas perseveram fundamentos oriundos das colonialidades. Neste sentido, os silenciamentos em torno da contribuição das indígenas mulheres nas lutas pelas reivindicações coletivas e específicas de gênero não alcançam o primeiro plano, apesar de na atualidade serem elas que ocupam posições difíceis de serem

[2] *Em diálogo com Ana Manoela Karipuna (2022), utilizo Terra e Território com letra maiúscula, já que percebo que os originários a denominam como parte da coletividade, alcançando características humanas. Deste modo, Terra torna-se pessoa e também uma parenta para as etnias indígenas. O Território, por sua vez, é parte da Terra e inclui os rios, as flores e a própria comunidade indígena. Assim, como nos escritos de Ana Manoela Karipuna, no decorrer deste artigo, "a Terra aparecerá para os povos indígenas como mãe e um ser que cuida" (Soares, 2022, p.41).*

conquistadas pelos líderes masculinos. Tal cenário é resultado das colonialidades presentes na sociedade envolvente que intervém nos Territórios Indígenas.

As relações provenientes de uma sociedade patriarcal atribuem ao homem toda autoridade, concentrando nele o poder, enquanto as mulheres são submissas aos seus interesses, ficando em segundas projeções. Os ocultamentos sobre a participação das indígenas mulheres na formação do estado brasileiro também são resultados do patriarcado, já que por estarem inseridos na sociedade, os indígenas e as indígenas mulheres não estão isentos de suas estratificações. Como resultado, as consequências são delimitadas pela "ausência de muitas personagens femininas na história dos povos indígenas, na qual o destaque continua sendo dado aos homens" (Leal; Schillaci, 2019, p.5).

> Pouco se sabe e se registrou sobre a significativa participação das mulheres nas insurgências indígenas do país. Tal realidade demonstra como os vários tipos de registros históricos impõem o seu caráter patriarcal nos contextos das lutas indígenas, ocultando a presença feminina na construção pluriétnica brasileira (Leal; Schillaci, 2019, p.5).

Nos estudos historiográficos, apesar de avanços, são selecionadas sujeitas primárias, omitindo outras. Deste modo, as visibilidades silenciam indígenas mulheres que não desenvolvem funções valoradas no sistema moderno colonial e patriarcal. Contudo, desempenharam e exercem atividades essenciais em seus Territórios, não circunscritos às questões políticas. As originárias são responsáveis pela conservação da sua cultura, defesa do Território, desenvolvem atividades relacionadas ao religioso, à educação dos mais jovens, entre outras funções. Portanto, as indígenas mulheres lutam pelo bem-viver ao lado das lideranças masculinas e de suas comunidades como sujeitas atuantes (Ramos; Silva, 2019, p.9).

Paula Sampaio (2021, p.76), argumenta que a historiografia deve enfrentar acentuadamente a estrutura de longa duração patriarcal e racista. Ademais, acrescenta

> Enquanto nos estudos de gênero e povos indígenas as análises são mais sincrônicas que diacrônicas, nos estudos história das mulheres e povos indígenas a centralidade está no processo de colonização e de miscigenação do século XVI e XVII, seguido por alguns estudos sobre a política imperial expansionista no século XIX. O campo história das mulheres volta-se para as indígenas mais como sujeitas do passado, já os estudos de gênero têm sua atenção voltada para as mulheres indígenas como agentes do presente etnográfico (Sampaio, 2021, p.76).

Dito isto, segundo Paula Sampaio (2021, p.76), sobre as originárias "no século XX e XXI há estudos etnográficos em diálogo com a Antropologia da mulher e de gênero. Sobre as mulheres indígenas entre os séculos XVI e XIX há estudos históricos com documentação produzidas pelos colonizadores". Deste modo, esta segmentação antagônica, resulta em carências de abordagens por meio da História das Mulheres sobre as originárias no tempo presente. Além disso, ainda dialogando com Paula Sampaio (2021), mesmo quando a História das mulheres aborda este panorama no recorte temporal delimitado, utilizam metodologias etnográficas. Em suma, "a história das mulheres aborda sobretudo o tempo passado enquanto os estudos de gênero na área de Antropologia e Gênero trata sobre o tempo presente" (Sampaio, 2021, p.76).

Ademais, vinculado a esse contexto, escolheram indígenas mulheres ideias e exaltaram suas funções em detrimento de outras. Neste sentido, aquelas que ocuparam cargos em organizações indígenas alcançaram maior relevância em relação aquelas que protegiam seus Territórios, alimentavam as comunidades e os fortaleceram através da espiritualidade. Portanto, "os estudos sobre as mulheres e gênero são atravessados pelo sistema moderno-colonial de gênero de longa data" (Sampaio, 2021, p.79).

Todavia, neste artigo, abordaremos as diversas funções das indígenas mulheres no interior de seus Territórios, através das publicações coletivas escritas pelas próprias e por meios da história oral. Para isso, serão analisadas três obras: "*Mulheres Indígenas da Tradição*", "*Pelas Mulheres Indígenas*" e "*Guerreiras: A força da mulher indígena*". Além delas, por meio de entrevistas orais com indígenas e indígenas mulheres dos povos Xukuru Kariri, Xokó e Wassu Cocal, será possível conhecer as funções de relevância desenvolvidas pelas originárias em suas comunidades e, principalmente, durante os momentos de retomadas.

O livro "*Mulheres Indígenas da Tradição"*[3] foi escrito pelas pesquisadoras indígenas Nayara Tayná Leite Silva (Atikum), Elisa Urbano Ramos (Pankararu Entre Serras), Edivania Bezerra da Silva (Kambiwá), Robevânia Roseles da Silva Beserra (Kapinawá), Eliane Vieira da Silva (Pankaiwká), Angelina dos Santos Silva (Pankará), Jaqueline Maria dos Santos (Pankararu), Cilene Maria dos Santos (Pipipã), Ivanira Orcelina dos Santos (Truká), Sandra da Silva Pajeú Santos (Tuxá) e Lucinéa Santos da Silva (Xukuru).

[3] Foi publicado em 2019, conta com 108 páginas e está dividido em três partes. A primeira refere-se à apresentação, seguindo de uma breve contextualização sobre a importância deste livro para os povos indígenas, além de um recorte histórico dos movimentos de indígenas mulheres em Pernambuco. Em mulheres da tradição, o livro aborda as trajetórias de vida de onze mulheres e apresenta fotografias sobre as mesmas. Por fim, finaliza com uma breve apresentação sobre as pesquisadoras.

Neste livro, as autoras entrevistaram diversas indígenas mulheres, símbolos de resistência feminina no Nordeste e, por isso, nomeadas como guerreiras. São aludidas suas trajetórias de vidas e seus saberes tradicionais a favor da coletividade. A iniciativa contribui para uma maior visibilidade da luta feminina, pouco abordada nas pesquisas derivadas das ciências humanas sobre as indígenas mulheres que habitam a região Nordeste do país. Vale acentuar que a iniciativa foi incentivada pela Secretaria de Cultura de Pernambuco com o projeto Funcultura n° 1069/12, sendo realizadas nos períodos entre os anos de 2013 e 2015. Além disso, é "uma produção coletiva das mulheres indígenas e escrito por mulheres-pesquisadoras que passaram por um processo de formação teórico-metodológica da pesquisa qualitativa" (Leal; Schillaci, 2019, p.6). Por isso,

> Segundo os relatos das pesquisadoras mais velhas foi um "relembrar" das coisas do passado, porém, para as mais jovens foi um "descobrir" uma história que lhe pertence, lançar o olhar para conhecer mais sobre seu povo e perceber as transformações da sua própria cultura, como nas palavras de Jaqueline Pankararu: "a própria pesquisa nos trouxe novas descobertas referentes as mudanças dos valores familiares e da tradição Pankararu" (Leal; Schillaci, 2019, p.7).

O livro "*Pelas Mulheres Indígenas*"[4] convida as mulheres a repensar suas funções e o seu sentido em uma sociedade patriarcal. Assim como a obra anterior, visa contar suas trajetórias por meio das próprias originárias. O livro é produto do projeto que leva seu nome no título, tem o apoio da ONG Thydêwá, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia. O seu conteúdo aborda histórias de vida feminina de diversas etnias e apresenta uma cartilha com informações sobre os modos de violências, sejam elas praticadas por seus maridos ou pelo Estado.

Já o livro "*Guerreiras: a força da mulher indígena"*[5] conta com o apoio do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), este, por sua vez, esclarece que foi a partir do próprio movimento indígena que a sua equipe reposicionou o olhar para as questões específicas de gênero, sob influência da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e da Comissão de Professores Indígenas em Pernambuco (COPIPE). A partir de

[4] Foi publicado em 2015, conta com trinta e quatro páginas. As informações estão apresentadas em formato de cartilha sobre as violências praticadas contra as mulheres por seus parceiros, pelo Estado ou pelos invasores de suas terras. Além disso, apresenta diversas fotografias das entrevistadas e/ou autoras, sendo possível visualizar as comunidades e algumas práticas do cotidiano, sobretudo as atividades artesanais.

[5] Publicado em 2012, conta com cinquenta e duas páginas. O seu conteúdo é composto por artigos e entrevistas realizadas com indígenas mulheres, além disso, são apresentadas fotografias e mapas sobre as entrevistadas e suas comunidades.

então, entre 2011 e 2012, o CCLF desenvolveu projetos com as originárias de Pernambuco, resultando no livro mencionado. São apresentados os resultados dos encontros de formações produzidas pelas próprias indígenas mulheres e análises sobre as realidades enfrentadas pelas originárias pernambucanas. Além disso, apresenta resultados de entrevistas realizadas com as lideranças femininas Zenilda Xukuru de Ororubá e dona Hilda Entre Serras Pankararu. Por fim, por meio de entrevistas realizadas com Girleno Xokó, Meire Xukuru Kariri, Rosineide Wassu Cocal e Iara Wassu Cocal, conhecemos algumas estratégias de lutas desenvolvidas pelas indígenas mulheres em Alagoas e Sergipe[6].

As originárias são basilares para fortalecimento cultural e espiritual do seu povo, para além de cargos em organizações indígenas, exercem funções como parteiras, professoras, mães, artesãs, entre outras. Nos períodos de retomadas territoriais lideram a luta, alimentam a comunidade e protegem o Território.

Desigualdade de gênero e resistência das indígenas mulheres no movimento indígena

Conforme Joan Scott (1995) gênero é uma categoria analítica que favorece análises sobre os sistemas sociais, onde as relações entre homens e mulheres despontam como concomitante. Por isso, devem ser estudadas inseparadamente, abordando as conexões presentes. É importante salientar as diferenças entre as características visíveis e as construídas pelos contextos históricos e culturalmente variáveis. As pesquisadoras se distanciaram do determinismo biológico, apontando as diferenças entre sexo e gênero. Enquanto o primeiro considera as características físicas e visíveis, o último aborda as diferenças sociais entre homens e mulheres por meio das construções culturais. Portanto, não são fixos (Moore, 1997, p. 2).

As pesquisadoras feministas defenderam que os problemas enfrentados pelas mulheres são oriundos das desigualdades de gênero presentes nas estratificações sociais. Assim, ao utilizar gênero como categoria de análise, pretende-se compreender as subordinações das mulheres nestes contextos. Relacionado a esse panorama, as colonialidades de saber, ser e de gênero, interferem nas relações de poder que "iniciaram com o capitalismo colonial/moderno, tendo como padrão a realidade europeia" (Silva, 2024, p.126).

[6] As entrevistas foram realizadas e utilizadas com fontes orais para a concretização do mestrado em História - PPGHUFAL, com a orientação da Prof. Dra. Michelle Reis de Macedo. Referência: SILVA, Ana Valéria dos Santos. **Entre invisibilidade e protagonismo:** participação política de Maninha Xukuru Kariri no movimento indígena (1966-2006). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2024.

Na contemporaneidade, sobre o surgimento do patriarcado e suas interferências nos Territórios Indígenas, três autoras versam sobre o assunto. Rita Segato (2012) defende a existência de um patriarcado de baixa intensidade no mundo pré-intrusão. Maria Lugones (2014), ao abordar a temática, aponta a definição do patriarcado a partir da colonização. Para a autora, é somente neste período e a partir das classificações impostas pelo homem ocidental que foram hierarquizadas as relações entre homens e mulheres. Deste modo, somente eles alcançaram as definições humanas, os demais foram especificados como não humanos. Por fim, Julieta Paredes (2020), tecendo considerações por meio dos feminismos comunitários de Abya Yala, defende a existência de um patriarcado ancestral. Além disso, acrescenta

> Fazemos esse esclarecimento sobre quem constitui a comunidade, porque no imaginário social e político da Bolívia atual a comunidade significa os homens da comunidade, e não as mulheres. Eles falam, eles representam, eles decidem e eles projetam a comunidade. Percebe-se as mulheres por detrás dos homens ou debaixo dos homens, o que é o mesmo que subordinadas aos homens, como dizemos, as mulheres vistas como complemento dos homens. Na prática social e política das comunidades, nacionalidades, povos, organizações e movimentos sociais até hoje continuam sendo os homens os que têm o poder das decisões, a voz e a representação das comunidades. Isso é a expressão da patriarcalização e da colonização das comunidades, que consideram algumas pessoas inferiores e sem os direitos e oportunidades que têm as outras (Paredes, 2020, p.208).

Portanto, segundo Julieta Paredes (2020), ao falar sobre os povos indígenas, selecionamos o dominante, os homens. Para as originárias, são delegadas posições submissas e traduzidas como complementares. Isto posto, pressupõem que ainda são eles que possuem todo o poder político e de decisão. Elisa Pankararu e Francisca Kambiwá (2019) esclarecem que nas investigações sobre os movimentos indígenas, as mulheres não ocuparam o primeiro plano de análises, em consequência, foram invisibilizadas. Contudo, elas sempre participaram da luta desempenhando papéis importantes, não foram apenas um complemento, mas uma parte essencial dos movimentos.

As indígenas mulheres lutam ao lado das lideranças masculinas e das suas comunidades, defendendo as demarcações territoriais e o desenvolvimento de políticas públicas para o bem-viver. Para Elisa Pankararu e Francisca Kambiwá (2019, p.9), “todas as negações de direito aos povos indígenas significam também a negação dos direitos específicos às mulheres, pois somos comunidade, Terra e natureza”. Ademais, defende que para descolonizar é necessário ultrapassar todas as violências, compreendendo que os movimentos em torno das pautas específicas também devem ser entendidos como uma contribuição aos movimentos

indígenas. Para as autoras, o movimento de indígenas mulheres de Pernambuco é resultado das lutas de suas ancestrais, entre elas Maninha Xukuru Kariri.

Maninha, pertencente ao povo Xukuru Kariri residente em Palmeira dos Índios–AL, se inseriu no movimento indígena em defesa da saúde[7]. Em 1990, nas primeiras mobilizações que buscaram a criação de uma organização pluriétnica, foi a única mulher a ocupar o cargo na comissão principal. Entretanto, nenhuma organização se constroem apenas com as lideranças, ao direcionar os olhares para a base, é possível identificar a presença de indígenas mulheres em assembleias, reuniões e encontros desde os momentos iniciais do que posteriormente se tornaria APOINME, com a institucionalização em 1995.

Maninha Xukuru Kariri fortaleceu a organização e, conforme Silva (2024), utilizou o seu cargo para promover a inserção de outras indígenas mulheres na APOINME. Segundo Iara Wassu Cocal (2024), sua participação no ambiente de debates políticos em organizações indígenas inicia quando Maninha envia cartas às comunidades exigindo a indicação e presença de duas lideranças, sendo um homem e uma mulher. Então, o Cacique Geová, considerado por Iara e Rosineide Wassu Cocal apoiador da presença feminina e dos jovens nos movimentos, passou a estimular a participação das mulheres nos ambientes de discussão política.

A experiência das originárias em Pernambuco, segundo Elisa Pankararu e Francisca Kambiwá (2019), impulsionou as indígenas mulheres a se organizarem, já que participaram ativamente dos momentos de lutas, porém não eram atribuídos a elas o devido reconhecimento. “Por serem mulheres não tinham nenhuma visibilidade e suas demandas específicas não eram observadas pelo movimento indígena composto por uma maioria de homens” (Ramos; Silva, 2019, p.10).

Sobre isso, Julieta Paredes (2010) examina esse suposto par complementar, argumentando que as mulheres não são vistas com a mesma visibilidade, apresentando-se como uma figura sem legitimidade. Neste sentido, segundo a indígena maori Linda Tuhiwai Smith (2018), as hierarquias de gênero recebem as influências ocidentais, por isso, é preciso, ao trazer apontamentos de gênero no universo indígena, conhecer outra epistemologia em que abordem as diversidades étnicas.

Observa-se que as violências enfrentadas pelas originárias não se resumem às questões específicas de gênero, já que a falta de demarcação territorial interfere no seu bem-viver. Em suma, o Território

[7] Falecida em 2006, devido negligência médica, em Palmeira dos Índios-AL.

> acaba por ser a mãe que fornece a vida e que garantiu, garante e garantirá a articulação histórica de resistência de uma causa invencível, a causa indígena. A mulher, portanto, é parte integrante e mítica da condição de povos resistentes ao processo colonizador e colonial/capitalista, que historicamente as oprime (CCLF, 2012, p.5).

Na atualidade, existem 305 etnias indígenas no Brasil, com diversas culturas, realidades e modos organizacionais. Sendo assim, os problemas e as reivindicações das originárias nortistas não condizem necessariamente com as enfrentadas pelas originárias presentes na região Nordeste do país. Ainda assim, entre as indígenas mulheres do Nordeste, prevalecem singularidades. Pois,

> se por um lado é possível encontrar indígenas mulheres que enfrentam dificuldades criadas por autoridades indígenas que as proíbem de participar da política, em posições de lideranças ou em organizações específicas, por "se tratar de uma sociedade cujo ethos é guerreiro e, portanto, masculino" (Luciana Ramos, 2008, p. 164); por outro, mulheres como a cacica Nina Katokinn e a cacica Pequena, apesar de minoria, ocupam essa posição na comunidade por meio de um consenso entre seus pares (Silva, 2024, p.129-130).

Iara Wassu Cocal (2024), em entrevista, esclareceu que ao participar dos contextos políticos de sua comunidade enfrentou a recusa do marido e familiares. Além disso, por ser mãe e esposa, foi preciso conciliar novas responsabilidades, agora como liderança indígena. Esse cenário não foi enfrentado apenas por ela, Zenida Xukuru do Ororubá, em entrevista para Renato Santana (2012), aponta que o tempo é um desafio, já que os afazeres domésticos, os papeis maternos e os seus maridos acabam não permitindo a presença das indígenas na luta. Ademais, acrescenta

> "O movimento indígena precisa entender a importância das mulheres organizadas, mas é desafio das mulheres superar isso e se impor, se colocar como mulher mesmo. Os maridos reclamam muito das mulheres irem viajar, mas eu digo: onde tem confiança, tem cumplicidade", defende a mulher que ao lado de cacique Xikão escreveu uma das histórias de luta do movimento indígena brasileiro (Santana, 2012, p.47).

Portanto, é essencial destacar que as mulheres indígenas e seus movimentos defendem tanto pautas coletivas quanto específicas de gênero. Em relação às pautas coletivas, elas priorizam a demarcação de Territórios, a implementação de uma educação diferenciada, o acesso à saúde de qualidade, entre outras demandas. Simultaneamente, elas buscam fortalecer

a participação política feminina, promovendo políticas públicas inclusivas e incentivando o empoderamento das indígenas mulheres (Marcha das mulheres indígenas, 2019).

Indígenas mulheres em retomada: (in)visibilidades, (re)existência e preservação cultural

> A luta pela terra é algo secular, em especial no Nordeste, região onde os primeiros ataques acontecem e se intensificam de forma bastante violenta. Muitas lideranças tombaram na luta, vítimas de ataques fatais por parte dos fazendeiros, posseiros etc. Nessas ações covardes, não existe hierarquia de gênero, o crime é estendido a qualquer pessoa (Ramos, 2019, p. 54).

Elisa Pankararu Ramos (2019) aborda, no trecho evidenciado acima, duas perspectivas que necessitam de análises mais aprofundadas: a luta pelo Território no Nordeste e a inexistência de diferenciação de gênero em momentos de conflitos territoriais. Sobre o primeiro ponto, é importante salientar que os historiadores e etnólogos durante longo período não se debruçaram sobre os indígenas nesta região. Por isso, os estudos com este recorte temático e espacial ocuparam o plano residual.

João Pacheco de Oliveira (2004) destaca que os pesquisadores, ao abordar os indígenas nordestinos, utilizaram relatos de cronistas do século XVI e XVII e de viajantes do século XVIII e XIX. Logo, nestes estudos, os debates apresentados fizeram referência aos indígenas do passado sem dialogar com o presente.

Em diálogo com Oliveira (2004), a partir da cooperação entre a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), após a Reunião Brasileira de Antropologia, em 1975, os pesquisadores passaram a se debruçar sobre os povos indígenas do Estado, surgindo o primeiro grupo de trabalho. Posteriormente, após a criação da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI) e do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB), os surgimentos das pesquisas foram intensificados. Nestes estudos, conforme apontado pelo autor, prevaleciam particularidades, já que para os povos indígenas no Nordeste sobressaiu características como “índios misturados” e “aculturados”.

Portanto, os indígenas do Nordeste não foram considerados “índios puros”, cabendo aos estudiosos identificar os vestígios culturais antes do suposto “desaparecimento” ser efetivado. Arruti (1997), sobre o recorte espacial delimitado, toma como ponto de partida a década de 30. Neste período, os pesquisadores que se propõem a tais objetivos, designam seus “objetos de estudos” como “remanescentes indígenas”.

> Esses primeiros acadêmicos ao se dedicarem à temática indígena procuravam naquelas comunidades apenas os traços de suas supostas culturas ancestrais, reconhecendo como digno de nota apenas aqueles elementos que pudessem ajudar na reconstrução de cadeias de famílias lingüísticas, ou na constituição do quadro folclórico regional, com sua ênfase no "sincretismo" (Arruti, 1997, p.12).

Ainda segundo Arruti (1997), apesar destes estudos terem contribuído com os reconhecimentos étnicos de povos caracterizados como extintos, nas décadas de 60 e 70 ainda prevaleciam tais abordagens. A título de exemplo, Oliveira (2004) cita Darcy Ribeiro que "utilizando-se de imagens fortes fala-se em "resíduos de populações indígenas do Nordeste", ou ainda em "magotes de índios desajustados" [...]. Recorda com tristeza que até mesmo "os símbolos de suas origens haviam sidos adotados no processo de aculturação" (Oliveira, 2004, p.17). Apesar do suposto desaparecimento, os povos indígenas do Nordeste desenvolveram estratégias de sobrevivência e (re)existência para permanecer em seus Territórios ancestrais. Sobre este conceito, recorro aos estudos do indígena Ivanilson Xokó. Este, por sua vez, defende que "não basta apenas existir, mas (re)existir, com o destaque antecedido com o prefixo entre parênteses (re). A (re)existência é a composição de existir e reexistir" (Xokó, 2024, p.24). Ademais,

> A escrita de (re)existência decolonial contrapõe-se às formas tradicionais de poder da História centradas na Europa, que são construídas a partir da ocultação de outras Histórias (eurocentrismo). As críticas que nós, povos indígenas, fazemos ao colonialismo existem desde a invasão portuguesa ao território chamado hoje de Brasil. A nossa luta por (re)existência é decolonial desde sua origem, portanto, não é uma "moda contemporânea". Ou seja, o que os intelectuais não-indígenas dos estudos pós-coloniais e decoloniais vêm fazendo desde a década de 1960 e 1990, nós, povos indígenas, fazemos há mais de 1500 anos. Conforme afirma Frantz Fanon, os sujeitos colonizados aprenderam que devem se afirmar e descobrir a falsidade da colonização. Conhecendo-a para decolonizar (Xokó, 2024, p.16).

As discussões apresentadas aqui estão ligadas à luta pela Terra, em diálogo com Elisa Pankararu (2019) e Ivanilson Xokó (2024), ao negar reconhecimento étnico aos povos indígenas do Nordeste negam-lhes direitos, entre eles a demarcação territorial. Deste modo, o Estado legitimava seus interesses. Além disso, as produções históricas reiteraram estes conceitos, uma vez que "nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores" (Vandana Shiva, 2003, p. 21 *apud* Silva, 2024, p.8).

Com base no que foi discutido, os indígenas e as indígenas mulheres da região Nordeste, além de defender seus Territórios, precisaram lutar por seu reconhecimento étnico já que não eram vistos como indígenas, mas como "remanescentes". O Estado, criando e utilizando dos seus órgãos[8], passou a ter objetivos claros, uma vez aculturados, os originários passariam a ser usados como mão de obra tornando-se trabalhadores. Foi o que aconteceu com os Xukuru Kariri de Palmeira dos Índios que sem o seu o Território passaram a trabalhar no corte de cana recebendo de pagamento um real por tonelada (Amarante, 1994 apud Silva, 2024, p.21). Esta conjuntura também foram aplicadas as originárias.

Dona Hilda Pankararu tem sua história de vida ligada à sua comunidade indígena. Ela e sua família cultivaram em seu Território para sobreviver, por meio de arrendamentos e aluguéis, já que estava dominado pelos invasores. Dona Helena Kapinawá também precisou trabalhar nas roças para sustentar-se, plantando mamona, algodão, milho, andu, feijão-de -corda e mulatinho (Ramos, 2019; Beserra, 2019).

Vale acentuar que muitas originárias exerciam as mesmas funções que os homens nos roçados, porém ganhavam menos que eles (Ramos, 2019, p.23). Wilma Yãnami Karapotó Plaki-ô (2015, p.26) aponta que os povos indígenas são de natureza coletiva e, entre os homens e mulheres, prevalece uma parceria, ao serem responsáveis pela sobrevivência do seu povo. Ademais, acrescenta

> A igreja quebrou a parceria índia – índio. A dependência da mulher do marido foi uma ruptura trazida pela igreja. Na sociedade colonial e na capitalista, a figura masculina é o centro do mundo: o homem dominador de tudo na natureza. Após muitos séculos de dominação, a mulher ficou dependente do homem. A mulher indígena, hoje, está reconquistando seu espaço. Estamos acompanhando as mudanças do mundo. Nós, mulheres, estamos estudando nas universidades e exercendo as mesmas profissões que os homens. Perante a lei, todos são iguais tanto homem como mulher; tanto indígena como não indígena (Plaki-ô, 2015, p.26).

A partir do exposto, e por meio dos documentos analisados neste artigo, é possível compreender que as indígenas mulheres também são responsáveis pelo sustento de sua família. Além disso, é delas a responsabilidade de cuidados dos filhos, a transmissão de sua herança cultural e dos seus saberes — embora essas atividades não sejam valorizadas pelos pesquisadores não indígenas, resultando em poucas análises sobre a temática. Deste modo, o que acontece no núcleo familiar indígena não deve ser percebido por meio do olhar ocidental

[8] Em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

que, muitas vezes, despreza estas atividades. As indígenas mulheres também são afetadas pela falta de demarcação territorial, então, ao se inserir na luta, asseguram suas práticas culturais e de sobrevivência.

As retomadas se apresentam como estratégias a contrapelo dos atrasos burocráticos, onde os grandes fazendeiros que detêm poder político envolvem-se nestes trâmites ao seu favor. Ou seja, a retomada é a ação estratégica de ocupar parte da área identificada como território indígena, mas que se encontra sob o controle de terceiros."Podemos afirmar que as retomadas indígenas buscam ocupar e recuperam lugares onde estão as relações indispensáveis para a produção daquilo que os torna e mantêm indígenas" (Lara, 2023, p.6). Por isso, quando os povos indígenas voltam para o lugar espoliado, confirmam o valor cultural, memorial e religioso do Território.[9]

Meire Xukuru Kariri, em entrevista, esclarece que o seu povo possui outros entendimentos sobre as retomadas, não as denominando deste modo. Uma vez que, como o Território sempre foi da comunidade, os Xukuru Kariri não as retomaram, por aludirem a uma iniciativa próxima ao 'tomar algo de alguém'. Por isso, nomeiam como reconquista, já que ao retornar ao Território, os indígenas e as indígenas mulheres recuperaram o que sempre foram deles (Xukuru Kariri, 2024).

Durante as reconquistas territoriais, especificamente as Fazendas Jiboias e Brejinho, em 1994, Meire precisou enfrentar a ira dos fazendeiros que tinham como alvo principal a sua irmã, Maninha Xukuru Kariri. Contudo, toda sua família e comunidade sofreram consequências. O clima de perigo era eminente, mas as indígenas mulheres não abandonaram seu povo. A título de exemplo, suspeitando da presença dos pistoleiros na área da reconquista, permaneceram aglomeradas em uma casa, enquanto os homens se espalharam pela mata. Neste momento, a liderança indígena Girleno Xokó, descreve

> A gente pediu para que elas saíssem. Dona Marlene, mãe de Maninha, "Dona Marlene, a senhora que é uma cabeça mais velha, carregue esse povo. Vamos distribuir, porque, se chegarem aqui e toparem esse povo todinho dentro dessa casa, aí vai ser um massacre." Mas ela disse: "Aqui nessa casa, Girleno? Aqui não entra ninguém. Tá vendo essa casa? Não entra ninguém e daqui não vai sair ninguém." E a Maninha ficou lá também, aí não veio mesmo ninguém não. Os cachorros latiram, latiram, latiram e depois se aquietaram. Se foi alguém subindo, voltou e ficou por isso mesmo, graças a Deus (Girleno Xokó,

[9] Aqui abordaremos as perspectivas e as diversas formas de participação das indígenas mulheres no contexto de retomada territorial. Para isso, utilizaremos os discursos e as vivências das indígenas mulheres do Nordeste que desenvolveram ações de defesa do território no período entre 1970 e 2000, presentes nos livros: "*Mulheres Indígenas da Tradição*", "*Pelas Mulheres Indígenas*" e "*Guerreiras: A força da mulher indígena*".

> entrevista realizada pela autora. Território Xokó-SE, dia 08 de agosto de 2023).

Dona Marlene e o cacique Antônio Celestino são pais de Meire, Maninha e Raquel Xukuru Kariri, três mulheres consideradas pelos seus pares lideranças indígenas[10]. Apesar de o destaque político ser atribuído ao pai, devido às suas funções enquanto cacique do povo, para dona Marlene não é concedida a mesma visibilidade. Nas pesquisas e nas fontes históricas sobre o povo Xukuru Kariri as suas funções não foram valoradas, sendo silenciadas ou ocupando segmento residual, já que há nesses materiais a valorização política em funções reconhecidas ou cargos em organizações dos movimentos indígenas.

Entretanto, Dona Marlene participou de cinco retomadas, sobre esses momentos explica: "Teve época que a gente tinha medo de ser índio. A gente corria, porque se não corresse, morria. A gente vivia com medo de viver" (Patrícia Bonilha, 2013, p.9 apud Silva, 2024, 178). Semelhantemente, Iranildes Karapotó Plaki-ô também participou das retomadas, acompanhada por outras mulheres e filhos. Sobre esses momentos, enfatiza

> Estávamos todos lá para fortalecer a nossa luta para a demarcação da nossa terra. Passamos muitas necessidades arriscando a vida em uma barraca de palha e plástico, até que as coisas melhoraram depois. Eu ia com minha mãe e meus irmãos para o povoado de Terra Nova raspar mandioca em troca de um cozinhado de farinha para sustentar todos que estavam batalhando pela reconquista da nossa terra. Mulheres e homens juntos estávamos sempre em ritual, fazendo nossa dança do Toré para fortalecer a luta. Ali invocávamos a proteção de Deus Tupã (Plaki-ô I,, 2015, p.25).

As indígenas mulheres acompanhavam a comunidade e fortaleceram a luta no Território espoliado. Não estavam eximidas das violências praticadas pelos invasores, porém não se renderam. Nos relatos orais, estes momentos são lembrados com sofrimento, já que a qualquer instante poderia ser iniciado um conflito armado e, no que tange a isso, "não existe hierarquia de gênero, o crime é estendido a qualquer pessoa" (Ramos, 2019, p. 54). As crianças também acompanhavam seus pais e a comunidade, ao estarem em meio à retomada atravessavam as mesmas dificuldades, porém aprendiam além do que uma escola tradicional poderia ensinar. Era com seu povo, seus parentes e lideranças que adquiriam conhecimentos, sobretudo a importância e estratégias de defesa do Território.

[10] Dona Marlene e Antônio Celestino tiveram oito filhos. José Augusto, conhecido como José Neto, Maninha Xukuru Kariri, José Cícero, Meire, Sueli (falecida com, aproximadamente, nove meses), Raquel, Célia e Yrákanã.

Vale acentuar que a cozinha, ambiente negligenciado pelos pesquisadores que vão ao campo e subestimado pelos não indígenas, era o lugar onde as indígenas mulheres exerciam uma das principais tarefas para sustentação da luta. Ou seja, eram elas que preparavam os alimentos para os presentes. No decorrer deste artigo enfatizamos a relevância de se distanciar do olhar etnocêntrico quando se propõem realizar observações sobre os povos indígenas, sendo assim, deve-se partir das epistemologias e cosmopercepções[11] dos próprios originários para não expor-se ao risco de reproduzir os mesmos erros.

Partindo desta premissa, é crucial salientar que os indígenas e as indígenas mulheres se posicionam como Corpo-Território, estando interligados, sendo inseparáveis. A Terra, por conseguinte, é quem fornece nutrição, medicamentos naturais, rios e florestas. Ou seja, é quem cuida e alimenta. Deste modo, detêm qualidades atribuídas às mulheres, exercendo tarefas do cuidado. Portanto, a Terra é mãe, e negligenciá-la impacta em qualidades de sobrevivência não apenas dos povos indígenas — mas de toda a humanidade, rios, florestas, etc. Considerando o discutido, invisibilizar aquelas que alimentam a retomada, resulta no silenciamento das que executam tarefas vitais no que tange a permanência da comunidade no Território espoliado e em processo de reconquista.

> Apesar das enormes dificuldades e desafios, as mulheres indígenas do nordeste têm ensinado aos movimentos de mulheres em geral, e ao próprio feminismo, que a casa é, também, um espaço de poder. E se nas nossas habitações ocidentalizadas o "espaço do fogão" é menor ou pejorativo, nas aldeias indígenas do nordeste ele pode significar um local privilegiado de decisão, afeto e partilha que pode refletir o mundo: este daqui e além! (Machado, 2012, p.32).

Lindinalva Karapotó Plaki-ô aborda em sua trajetória, enquanto indígena mulher e mãe, as dificuldades enfrentadas em meio aos períodos de retomadas territoriais. Nos momentos em que o cacique e os homens da comunidade se articulavam para defender as reivindicações do povo, Lindinalva e outras mulheres permaneciam no Território. Com doze filhos, precisou trabalhar nas roças para alimentá-los, já que seu marido também era atuante nos movimentos e a deixava sozinha, muitas vezes sem alimentos, enquanto sustentavam a luta fora da comunidade. Sobre a sua participação nas retomadas enfatiza que "muito além de pegar água potável e cortar a lenha para cozinhar para esse povo todo, ela animava o grupo, de dia e de

[11] Conceitos utilizados por Ana Manoela Karipuna (2022).

noite, cantando e dançando o Toré, fazendo com que todos participassem do ritual" (Yãnami, 2015, p.18).

Segundo Maria Ortolan Matos (2012, p.174), a aproximação dos povos indígenas com órgãos estatais e outras agências externas valorizou as atividades desenvolvidas fora do Território, ou seja, aquelas exercidas pelos homens. Dessa forma, por meio desta atividade, alcançaram prestígio e poder de atuar como porta-vozes das decisões coletivas. Como consequência, são eles que aparecem frequentemente nas fontes históricas escritas utilizadas pelos historiadores. Em segundo plano, as funções das indígenas mulheres não alcançaram a mesma relevância.

Pouco é discutido sobre as dificuldades enfrentadas pelas sujeitas femininas, como Lindinalva Karapotó Plaki Ô e as indígenas mulheres Xukuru Kariri quando as lideranças que ocupavam áreas no espaço público de negociação estavam exercendo esta atividade. No entanto, é evidente que elas foram importantes, já que a proteção territorial foi exercida pelos agentes que ficaram, entre eles, as indígenas mulheres e seus filhos. Maria Rita Muniz (2015), povo Pataxó Hãhãhãe, defende que as mulheres do seu povo foram fundamentais na luta pela reconquista de suas Terras, enfatizando que estes momentos se configuram como uma guerra. Ademais, sustenta

> Na reconquista da nossa terra, nós saíamos de nossas casas para o que der e vier. Quando a gente vai para uma retomada, a gente não sabe se volta. A gente vai arriscando a vida. Quando nós retomamos o "Ourinho", um dia, o cacique teve que sair e os únicos homens que ficaram com a gente foi "Alex" e "Nêgo". Nós ficamos lá sozinhas e, à noite, fomos atacadas por pistoleiros atirando, e a gente se manteve forte, a gente não fugiu da luta. Eu e minhas irmãs ficamos sozinhas e eles atiraram até quando acabaram as balas. E a gente dentro de um secador de cacau e o que tínhamos de defesa era o nosso ritual. Quando amanheceu o dia, nós cantamos o ritual, festejamos que amanhecemos vivas, celebramos que seguramos a nossa terra (Pataxó Hãhãhãe, 2015, p.51).

É fundamental destacar que, em momentos de retomada, os atos de violência aumentam significativamente, expondo vidas em perigo. Aqueles que saem do Território enfrentam o risco de encontrar seus opositores no percurso e, para se proteger da ameaça, desenvolveram estratégias de sobrevivência. A título de exemplo, durante a retomada da Fazenda Jiboia e Brejinho, em 1994, Maninha Xukuru Kariri precisou seguir caminhos diferentes para sair do Território, fornecia informações falsas sobre os compromissos que exigiam atos no exterior da comunidade e, quando necessário, teve que se abrigar nas malas dos carros para que não fosse pega pelos invasores. Entretanto, aquelas que estavam na

comunidade indígena não estavam protegidas considerando que, ainda sobre a mesma retomada, houve momentos que os jagunços a reprimiram, promovendo tiroteios invadindo comunidades, quebrando utensílios domésticos e amedrontando mulheres e crianças (Jagunço reprimem a retomada…, 1994, p. 5).

Edriane Xokó relata que, durante a retomada da Ilha São Pedro no Estado de Sergipe, a participação das indígenas mulheres do seu povo foi de suma importância. Ademais, acrescenta

> Além de cozinhar, lavar e cuidar dos filhos, a missão das mulheres era vigiar os jagunços dos fazendeiros e assim evitar qualquer violência, inclusive as balas. Na retomada, a comunidade morava embaixo dos pés de árvores; e, apesar de todo sofrimento, as mulheres sempre mantinham a fé. Todos viviam bastante assustados diante de tudo o que estava acontecendo, até mesmo com medo da polícia aparecer, mesmo assim, elas cantavam: "Se a polícia vier, o que é que nós faz? Morre tudo na bala e ninguém sai". A história da mulher Xokó na retomada foi de muita luta e resistência e hoje todas só queremos contar, cantar e registrar para nossos filhos e netos, para que eles não se esqueçam de tudo o que vivemos (Xokó, 2015, p.62).

Girleno Xokó (2024), em entrevista, esclarece que durante os conflitos, os fazendeiros também agiam com violência contra as mulheres. Elas não se intimidaram e, em meio às tensões, se faziam presentes contribuindo em número, vozes e fé. O invasor, ao visualizar um número expressivo de pessoas, acabava desistindo do confronto.

A partir do exposto, salientamos outro aspecto comum nos relatos de trajetórias de vida abordados pelas indígenas mulheres nas fontes analisadas: a espiritualidade. Este elemento pode se manifestar de diferentes modos, incluindo os rituais. Elisa Pankararu (2019), ao utilizar os relatos de vida de Dona Hilda, enfatiza que abordar os temas relacionados ao Território também é falar a respeito do contexto de fé e tradição. Assim, as lutas em torno das reconquistas também são sustentabilidade física e espiritual dos povos indígenas.

Para Dona Hilda é atribuída, além de qualidades como mediadora de conflitos, a capacidade de encontrar os ensinamentos dos seus ancestrais no que se refere à espiritualidade. Dessa forma, Elisa Pankararu (2019) defende que estas características são essenciais para consolidar-se como liderança. Dialogando com Ana Manoela Karipuna (2022) o conhecimento acerca das vivências enquanto indígenas mulheres, independente das funções que ocupam na comunidade, não são separadas do Território e emergem da oralidade daquelas(es) que o habitaram. Ou seja, são construídos coletivamente e por meio da ancestralidade anteriores à

existência dessas mulheres que "existem, resistem e se movimentam na atualidade, reverberando em suas palavras e práticas de indígena mulher" (Soares, 2022, p.40).

Considerações finais

No decorrer deste artigo discutimos como as indígenas mulheres contribuem para as retomadas territoriais, abordando as suas funções e como este cenário interfere no seu bem-viver. Para isso, priorizamos as trajetórias, a escrita e os relatos de vida das originárias nordestinas, objetivando contribuir com análises que busquem agir em oposição aos silêncios ainda presente sobre esse recorte temático e espacial. No decorrer deste artigo buscamos compreender a participação das indígenas mulheres a favor da defesa do Território a partir das próprias originárias e, neste sentido, tomando como ponto de partida o mundo-aldeia, como proposto por Elisa Pankararu (2012, p.33).

Vale acentuar que as indígenas mulheres estão presentes em posições enquanto lideranças indígenas no interior das comunidades e/ou organizações do movimento indígena. Contudo, como defendido por Gersem Baniwa (2007), as organizações indígenas fazem parte dos movimentos, porém não representam a totalidade. Sendo assim, toda originária que desenvolve ações em prol do coletivo também atuam no movimento indígena e estão em movimento, mesmo que não sejam denominadas como liderança indígena.

Portanto, aquelas que ocupam posições em organizações, às lideranças, às cacicas e às pajés, retém na luta e, por meio de suas atividades, conquistam visibilidade tanto entre indígenas quanto entre não indígenas. Mas, acrescido a esta força, partes essenciais ficam em segundo plano, porém desenvolvem ações fundamentais para reconquistarem o Território. São as que implementam ações na cozinha, no cuidado com a educação e transmissão da cultura para as crianças indígenas, as que ficam no território e cuidam da mãe Terra ou aquelas que estreitam a relação com a espiritualidade. Consequentemente, ambas são indígenas em movimento e no Nordeste (re)existem e (re)sistem as colonialidades de gênero.

Referências bibliográficas

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v. 3, p. 7-38, 1997.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. **Revista Tellus**. Campo Grande-MS: NEPPI/Universidade Católica Dom Bosco. ano 7, n. 12, p. 127-146, 2007.

BESERRA, Robevânia Roseles da Silva. Dona Helena. In: MENDONÇA, Caroline Leal (orgs). **Mulheres Indígenas da Tradição.** Recife, 2019, p. 37-44.

CCLF, Equipe Indigenista do Centro de Cultura Luiz Freire. O caminho se faz ao caminhar. Guerreira: a força da mulher indígena. **Onu mulheres**, dez. 2012, p. 32-33.

JAGUNÇO REPRIMEM a retomada. **Porantim,** Brasília, ano XVII, n 168. setembro de 1994, p. 5

LARA, Amiel Ernenek Mejía. Retomadas, autonomias e cosmopolíticas desde as tramas Tupinambá. **Revista de Antropologia**, v. 66, p. e204580, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ra/a/GTVVYDgKjhspNpqwnrbLFCb/. Acesso 15 de dezembro de 2024.

LEAL, Caroline; SCHILLACI, Manoela. Apresentação. Mulheres indígenas da tradição. **Projeto Funcultura** n° 1069/12 intitulado "Mulheres Indígenas da Tradição". Secretaria de Cultura de Pernambuco, Centro de Cultura Luiz Freire, CIMI Regional Nordeste e

Movimento de Mulheres Indígenas de PE. [2019]. Disponível em: https://CIMI.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pd. Acesso em: 27 de out. 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas,** Campinas, v. 22, p. 935-952, 2014.

MAZARÃO, Karine. História das Mulheres e relações de gênero como possibilidades críticas ao Ensino de História: uma análise decolonial sobre as mulheres africanas e indígenas. **Revista Crítica Histórica**, v. 14, n. 27, p. 216-247, 2023.

MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. **"Território: nosso corpo, nosso espírito",** DOCUMENTO FINAL. Brasília – DF, 09 a 14 de agosto de 2019. Disponível em: https://fagtar.org/palavrasescritas/marchamulheresindigenas/ Acesso em: 201 jan. 2021.

MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London: Routledge, p. 1-17, 1997.

MACHADO, Jurema. Gênero e Mulheres Indígenas no Nordeste. Guerreira: a força da mulher indígena. **Onu mulheres**, dez. 2012.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (orgs.). **Gênero e povos indígenas:** coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ / FUNAI, p. 140-171, 2012.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 194

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero:** os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series, v. 1, p. 1-8, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos" índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. João Pacheco de Oliveira (org.). 2 ed. Contra Capa Livraria, LACED, 2004.

PANKARARU, Elisa Entre Serras. O que há em comum: a participação das mulheres nos movimentos sociais. Guerreira: a força da mulher indígena. **Onu mulheres**, dez. 2012, p. 33-34.

PELAS mulheres indígenas. 22º título da coleção Índios na visão dos índios. Comunidades: Kariri-Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhã, Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Dois Irmãos, Tupinambá de Olivença, Xokó, Karapotó Plaki-ô: **Thydêwá,** 2015.

PAREDES, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.

PATAXÓ HÃHÃHÃE. Maria Rita Muniz. Guerreiras. Pelas mulheres indígenas. 22º título da coleção Índios na visão dos índios. Comunidades: Kariri-Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhã, Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Dois Irmãos, Tupinambá de Olivença, Xokó, Karapotó Plaki-ô: **Thydêwá,** 2015. p.51.

PLAKI-Ô, Wilma Yãnami Karapotó.pelas mulheres indígenas. 22º título da coleção Índios na visão dos índios. Comunidades: Kariri-Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhã, Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Dois Irmãos, Tupinambá de Olivença, Xokó, Karapotó Plaki-ô: **Thydêwá,** 2015. p.26.

PLAKI-Ô, Iranildes Karapotó.Presentes. Pelas mulheres indígenas. 22º título da coleção Índios na visão dos índios. Comunidades: Kariri-Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhã, Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Dois Irmãos, Tupinambá de Olivença, Xokó, Karapotó Plaki-ô: **Thydêwá,** 2015. p.27.

RAMOS, Elisa Urbano; SILVA, Francisca Bezerra. Movimentos de mulheres indígenas em Pernambuco. In: MENDONÇA, Caroline Leal (orgs). **Mulheres Indígenas da Tradição.** Recife, 2019, p. 9-11.

RAMOS, Elisa Urbano. Relato de experiência memorial. Do tronco velho pankararu aos estudos sobre mulheres indígenas. In: BANIWA, Braulina; KAINGANG, Jozileia (orgs.). **Vivências diversas:** uma coletânea de indígenas mulheres. Hucitec Editora, 2020.

RAMOS, Elisa Urbano. Dona Hilda. In: MENDONÇA, Caroline Leal (orgs). **Mulheres Indígenas da Tradição.** Recife, 2019, p. 21-28.

RAMOS, Elisa Urbano. **Mulheres lideranças indígenas em Pernambuco:** espaço de poder onde acontece a equidade de gênero. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2019.

SAMPAIO, Paula Faustino. **Indígenas mulheres:** entre colonialismos e resistências de longa duração – séculos XX e XXI. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SANTANA, Renato. Entrevista Dona Zenilda Xukuru do Ororubá: "Quem nasceu lutando não vai morrer de braços cruzados". Guerreira: a força da mulher indígena. **Onu mulheres**, dez. 2012, p. 44-47.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, **E-cadernos CES**, p. 106-131, 2012.

SILVA, Ana Valéria dos Santos. **Entre invisibilidade e protagonismo:** participação política de Maninha Xukuru Kariri no movimento indígena (1966-2006) / Ana Valéria dos Santos Silva. – 2024. 223 f. : il. Orientadora: Michelle Reis de Macedo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2024.

SOARES, Ana Manoela Karipuna. Terra, Território e ecocídio nas vozes das indígenas mulheres. **Revista de @ntropologia da UFSCar**, 14 (2), jul./dez. 2022. p.38-51.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade.** Porto Alegre. v. 20, n. 2, jul./dez, p. 71-99, 1995.

SMITH, Linda Tuhiwai. 2018. **Descolonizando metodologias:** pesquisa e povos indígenas. Tradução: Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

WASSU COCAL, Iara (Cremilda). entrevista realizada pela autora. Território Wassu Cocal-AL, dia 2 de março de 2024.

XOKÓ, Ivanilson Martins dos Santos. **História e Memória da (Re)existência Xokó:** narrativas decoloniais e os desafios da autoafirmação identitária indígena no tempo presente (1978 – 2022). – 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2024.

XUKURU KARIRI, Meire. entrevista realizada pela autora. Território Mata da Cafurna-AL, dia 14 de abril de 2024.

XOKÓ, Girleno, entrevista realizada pela autora. Território Xokó-SE, dia 08 de agosto de 2023.

XOKÓ, Edriane. As mulheres xokó na retomada. Guerreiras. Pelas mulheres indígenas. 22º título da coleção Índios na visão dos índios. Comunidades: Kariri-Xocó, Pankararu, Pataxó Hãhãhã, Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Dois Irmãos, Tupinambá de Olivença, Xokó, Karapotó Plaki-ô: **Thydêwá,** 2015. p.62.

Submetido em: 02/11/2024

Aceito em: 23/12/2024